

5.4 - Mata Medonha:

Uma única família nuclear, que deixou Barra Velha atemorizada após o "fogo de 1951", deu origem à atual aldeia de Mata Medonha. O isolamento da área, até recentemente com acesso apenas por via fluvial - através dos baixos cursos do João de Tiba e do Santo Antônio - e marítima, a partir de Santa Cruz Cabralia, fez com que a família Brito vivesse aí, por quase trinta anos, até o início dos anos oitenta, praticamente sem contatos com seus parentes de Barra Velha e mesmo com os pequenos povoados mais próximos de Santo André, Santo Antônio e Guaiú.

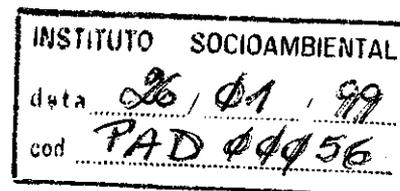
A partir do final dos anos setenta, as terras ainda cobertas de mata das redondezas passaram a ser rapidamente ocupadas pelas grandes companhias florestais "Bralanda", "Flonibra" - atual "rio Doce" - e "Aracruz", que "rasgavam estradas" a partir do povoado de Barrolândia, ao norte. Os herdeiros do fundador da aldeia relatam que, nesta época, todos os pequenos agricultores que viviam dispersos pelas matas à volta perderam suas terras para essas companhias e eles próprios chegaram a estar limitados apenas aos roçados mais próximos a suas moradias, perdendo aqueles que mantinham em locais mais distantes na mata.

Em 1981, veio ter à Mata Medonha um outro grupo familiar, os Máximo, refugiado de Barra Velha por envolvimento em conflitos com outras famílias. A formação de uma pequena comunidade no local e o receio de perderem as terras fez com que procurassem a FUNAI que, até então, não tinha conhecimento deste pequeno território Pataxó desgarrado.

Realizados os trabalhos de identificação, conjuntamente com outras áreas de Pataxós dispersos (Rogedo ib. e Furtado ib.), foi possível recompor uma extensão contínua de cerca de 400 hectares, apenas uma parcela da faixa de matas que os primeiros ocupantes da Mata Medonha chegaram a dominar nos anos cinquenta e sessenta.

Aprovada pelo Grupo de Trabalho Interministerial (Resolução 05 ib.) mas demarcada imperfeitamente, em 1988, por mal-entendidos havidos entre o encarregado e membros da comunidade (Sampaio 1993a), a área foi submetida a reestudo pela Comissão Especial de Análise (Port. 398/91) e, mais uma vez aprovada em seus limites, já se encontra delimitada por Portaria Ministerial conforme supra referido.

Toda a mata em volta desta área indígena foi retirada desde há cerca de dez anos e as terras estão hoje ocupadas por grandes fazendas de gado. Ao sul e leste da área há uma grande propriedade de Ubaldino Pinto - membro de conhecida família de políticos da região - da qual se diz abranger "mais de 200 alqueirões". A norte e oeste da área, ocupando extensão semelhante à da anterior, estão duas fazendas do



grupo da madeireira capixaba "Cartex". Uma parcela de cerca de 200 hectares deste conjunto houvera sido desmembrada, por força de um divórcio, e posta à venda, há pouco mais de um ano, quando estive na aldeia para conclusão dos procedimentos de "reestudo" e tomada do "termo de anuência". A comunidade fazia então gestões para que a FUNAI adquirisse esta gleba, o que procurei fundamentar em meu relatório (Sampaio ib.), fazendo referência - apenas para fins de demonstração - ao módulo fiscal do INCRA para o município e à quantidade de unidades domésticas indígenas na área identificada, o que daria uma relação considerada insuficiente. Essa possibilidade de ampliação da área não deveria contudo protelar o processo de regularização e, na ocasião, a FUNAI não priorizava a destinação de recursos para tal tipo de finalidade.

Preocupava-me então - assim como à comunidade - a preservação da mata residual ainda existente dentro do perímetro identificado, já que os terrenos de cultivo da aldeia, a maior parte com mais de dez anos de exploração contínua, estavam se esgotando e precisavam de rodízio. Com efeito, na minha visita à comunidade, em maio último, verifiquei que a mata foi de fato derrubada para abertura de novas roças de mandioca. A madeira retirada "de meia" com uma serraria de Belmonte deveria servir para reformas nas casas da aldeia, contudo, até então as tábuas não haviam sido entregues e os índios se sentiam logrados.

A aldeia Pataxó de Mata Medonha se compõe de três grupos familiares - ou parentelas - bastante coesos: os Brito, os Máximo - o maior grupo com onze das vinte famílias - e um grupo mais recente, formado por José "Caititu" - um dos jovens que deixaram Barra Velha nos anos cinquenta - e seus filhos, há três anos estabelecido nessa aldeia.

As dimensões reduzidas, a coesão familiar dos seus grupos e o isolamento ainda prevalecente, decerto estão na base de uma relativamente bem sucedida articulação comunitária de Mata Medonha e os seus membros têm se empenhado na obtenção de benefícios infraestruturais coletivos, como casa-de-farinha motorizada, equipamento hidráulico para coleta de água no rio Santo Antônio e o prédio escolar e centro comunitário.

Suas maiores preocupações no presente, porém, estão ligadas às dificuldades de transporte, responsáveis por prejuízos na comercialização de produtos, principalmente do abacaxi, principal cultivo comercial da comunidade, cuja safra do ano passado, em sua maior parte, "apodreceu no pé" em função de tais dificuldades. Na ocasião da referida visita, os líderes da comunidade - Caititu, Domingos Brito e Abdias "Baicara" Máximo - programavam uma viagem a Brasília, onde esperavam conseguir da FUNAI um barco para a aldeia. Apesar de existir uma precária estrada recém aberta por fazendeiros que dá acesso - por 27km ao porto de balsas em frente à cidade de

Santa Cruz Cabralia, a circulação fluvial ainda é a que permite mais facilidade de acesso à aldeia. Com uma boa embarcação, ademais, poderiam melhor explorar a pesca e a coleta nos ainda ricos manguezais e estuários próximos.

Os Pataxô de Mata Medonha estão bem informados da possibilidade de implantação de um grande projeto agroindustrial de celulose na sua região e revelaram apreensão quanto aos danos que poderá causar às suas terras o plantio de "calipto" em suas vizinhanças. Os Pataxô têm tido bastante contato com os demais povos indígenas no Nordeste e Sudeste do país e conhecem de perto a situação dos Tupiniquim, do litoral do Espírito Santo, que, há mais de quinze anos, têm seus pequenos territórios, duramente assegurados, em Caieiras Velhas (1.519ha), Comboios (2.546ha) e Pau Brasil (427ha), totalmente cercados pelas plantações da "Aracruz Celulose" e a desidratação do solo praticamente inviabiliza sua agricultura, tradicionalmente baseada em cultivos como mandioca e milho. Além disto, a proximidade da própria fábrica faz com que os Tupiniquim sofram também os efeitos da poluição aérea. Quando da nossa conversa, os Pataxô de Mata Medonha exibiram fotos tiradas em uma recente visita aos Tupiniquim, mostrando o solo empedernido, o complexo da fábrica com destaque para a fumaça e os mirrados cultivos dos seus "parentes".

Referiram também o que teria acontecido com algumas famílias da comunidade negra de Helvécia, no município de Nova Viçosa, que, tendo inicialmente se recusado a vender suas posses para a "Bahia Sul", como fez a maioria das demais, logo se viram cercadas pelos eucaliptos da empresa e, em pouco tempo, impossibilitadas de plantar, tiveram que também ceder, "quase de graça", as suas terras.

Ainda quanto a tal perspectiva, por fim, a comunidade de Mata Medonha manifesta preocupação com a qualidade da água nas bacias do Santo Antônio e do João de Tiba, não apenas por que dela se servem diretamente para consumo, mas também pela sua dependência alimentar da fauna aí existente, principalmente em seus estuários.

5.5-A Associação dos Pataxô Sem Terra:

A partir da mobilização pataxô havida, sobretudo a partir de 1990 e 1991, em torno de questões comuns como a da Coroa Vermelha, muitas famílias indígenas dispersas passaram a ter contato com as aldeias. Algumas destas famílias, tendo deixado a área do Monte Pascoal nas décadas de cinquenta e, principalmente, sessenta, e se estabelecido em cidades como Itabela e Eunápolis, onde se engajaram em serviços diversos no período da expansão econômica predatória da região, vivem agora o problema do desemprego. Outras destas famílias dispersas são originárias da localidade e antiga aldeia de Vale Verde e outras mais já se estabeleciam, de modo bastante precário,

na Coroa Vermelha. O grupo mais consolidado, porém, parece ser o formado por cerca de uma dezena de famílias que, nos anos oitenta, foram expulsas de uma área denominada Santo Amaro, na margem direita do baixo curso do Buranhém, entre o Arraial d'Ajuda, na costa, e Vale Verde. Muitas destas famílias de origem recente diversa formaram - e formalizaram - em 1992, a "Associação dos Pataxô Sem Terra".

Em maio de 1993, um grupo de cerca de vinte destas famílias se reuniu na mesma localidade Santo Amaro, agora incluída em uma fazenda homônima, junto à posse ainda remanescente de uma velha índia e decidiram aí permanecer e abrir roças.

Esta ocupação durou cerca de trinta dias, encerrando-se pacificamente por determinação do juiz local, apenas por que a Administração Regional da FUNAI, em Eunápolis, que não dispõe de departamento jurídico, não comunicou devidamente o fato a instâncias superiores, e, embora tenha elaborado um pequeno "Relatório de Visita" atestando a "identidade indígena" dos envolvidos, não o encaminhou ao juiz nem compareceu às audiências, o que teria sido suficiente para transferir o caso para a esfera competente da Justiça Federal, mais apta ao devido encaminhamento das matérias judiciais indígenas.

A Associação, contudo, continua a se reunir regularmente, em geral em Arraial d'Ajuda, onde se concentra a maioria dos seus membros, e, recentemente, protocolou, com a mediação da FETAG, junto ao INCRA, solicitação de vistoria para fins de desapropriação sobre a sua área de pretensão.

6 - Os Pataxô e a Sociedade Regional, a Assistência Estatal, as Organizações Não-Governamentais e o Movimento Indígena.

6.1-A Sociedade Regional:

A inserção dos Pataxô na sociedade regional, ainda que, como em todo o quadro das relações entre sociedades indígenas e sociedade nacional no Brasil, seja marcada por uma irreconciliável contraposição de interesses e pela prevalência de estereótipos negativos da segunda com relação à primeira (cf. Cardoso de Oliveira 1978 para uma discussão panorâmica do tema), apresenta algumas peculiaridades.

A crucial questão da garantia dos territórios indígenas, pano de fundo de toda a chamada "questão indígena" no país, aqui não contrapõe índios a pequenos posseiros - como é comum em outras áreas do Nordeste - ou à grande propriedade monocultora ou pecuarista - comum também no Nordeste e no Brasil Central - mas sim, curiosamente, em seus dois casos de maior gravidade em Monte Pascoal

e Coroa Vermelha, respectivamente ao próprio Estado, através do seu órgão ambiental - o IBAMA - e a interesses imobiliários urbanos. Pequenos confrontos com grandes propriedades fundiárias em áreas indígenas menores, como Imbiriba, não têm a mesma dimensão nem a mesma "visibilidade" política.

Tais circunstâncias desvinculam um tanto, no plano regional, a "questão indígena" de questões mais propriamente fundiárias e agrárias, às quais, contudo, ela não está, de modo algum, infensa; para articulá-la a discussões em torno da "preservação ambiental" e de "modelos de desenvolvimento turístico" para a região.

Com efeito, os Pataxó têm um lugar de destaque na composição do imaginário turístico local (Rocha Jr. 1989), que os transforma nos "índios que receberam Cabral". Este imaginário tem sua representação máxima nas cerimônias comemorativas do "descobrimento", em Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, das quais os Pataxó participam "a caráter". Além disto, a "marca" Pataxó foi atribuída, em anos recentes, a logradouros públicos e se encontra associada a empreendimentos diversos ligados à indústria do turismo, na qual o apelo a designações alusivas a temas indígenas, como "taba" e "aldeia", chega a ser repetitivo. O mesmo vale para a adoção de vocábulos indígenas utilizados pelos Pataxó, como "kaiambá" (dinheiro), "mangúti" (comida) e "kitôki" (criança).

As relações deste imaginário e deste "marketing" turísticos com os Pataxó "reais" são, contudo, contraditórias; o que se explica, em grande medida, justamente por serem estes reais, e, enquanto tais, não possam corresponder a imagens formadas a partir de filmes de televisão, da literatura romântica do século XIX ou de livros didáticos do primeiro grau, tão "fantásticos" quanto os anteriores. Ademais, os dramas da vida cotidiana dos Pataxó e dos seus quase duzentos anos de "história" dificultam sua inserção na fábula montada "para inglês ver", embora eles tentem dela participar e se valer do modo possível, através da sua produção e comércio de artesanato. A geração de um conflito entre "interesse indígena" e "interesse ambiental" no Monte Pascoal e a própria história recente da Coroa Vermelha - "locus" por excelência da atualização de todo este "sistema simbólico" - dão, no meu entender, uma perspectiva eloquentemente paradigmática de tais contradições.

Neste contexto tem eventualmente lugar algo que não é incomum com relação a outros povos indígenas na região: as tentativas de desautorização da "identidade indígena", a partir de estereótipos como "caboclos", "misturados" e mesmo "falsos índios". No caso Pataxó porém, tais concepções nunca chegaram, ao que saiba, como em outros casos, a ser formalmente acionadas, judicial ou administrativamente, em contraposição ao usufruto dos direitos destes índios enquanto tais, pelo que julgo ocioso tratar aqui da matéria no plano técnico-antropológico e jurídico.

6.2 - A "Assistência" estatal:

Desde 1983 funciona em Eunápolis um escritório - atualmente designado Administração Regional - da FUNAI. Até essa data e desde a implantação da assistência tutelar sobre os Pataxó do Extremo Sul baiano estes foram assistidos, excetuando-se a fugaz existência de uma "Delegacia" do órgão em Salvador em 1982, pela Delegacia de Governador Valadares, em Minas Gerais. Até 1991, a unidade de Eunápolis esteve sucessivamente subordinada às Superintendências de Recife e de Goiânia. Nesse ano, com a extinção do nível de superintendência, passou a subordinar-se diretamente à administração central, em Brasília.

Esta distância dos centros de decisão da política indigenista - mesmo a nível regional - o relativamente baixo poder de pressão dos dispersos Pataxó, as dificuldades políticas relacionadas à presença da maior pendência fundiária do Nordeste - a da Reserva Paraguaçu-Caramuru na região cacauzeira - e possivelmente outros fatores que não conseguiria precisar aqui, têm feito da "ADR" de Eunápolis uma das unidades mais precárias e desaparelhadas da FUNAI. A maioria dos seus cerca de vinte funcionários enreda-se em atividades burocráticas, é grande a rotatividade nos cargos de chefia e deficiente o nível de contato com as aldeias e o da compreensão das situações concretas vividas por suas populações.

Apenas a aldeia de Barra Velha dispõe de um Posto Indígena, instância concebida, no organograma administrativo da fundação, como responsável direta pelas ações finais junto às comunidades indígenas. O Posto de Barra Velha, instalado já no início dos anos setenta e planejado para ser um modelo da ação indigenista na região (Carvalho 1977), ainda conserva a imponência das suas instalações, erigidas no alto da colina que domina a aldeia, com ampla vista para o oceano. Por detrás desta fachada, porém, há apenas uma administração desaparelhada e isolada: não há acesso rodoviário regular e de há muito o bom barco que a servia e aos índios arruinou-se completamente por falta de cuidados e de manutenção e deixou de navegar entre a aldeia e Porto Seguro. Sem uso, arruinaram-se também a grande ponte de atracação e as extensas passarelas construídas sobre o brejo entre essa e a aldeia. No início deste ano, o Posto dispunha de um "chefe", de uma professora e de alguns outros servidores administrativos e braçais que, em sua maioria, a exceção da professora, se conformava a um quase inevitável ócio praiano. Não havia então agentes de saúde. De qualquer modo, a rotatividade destes servidores tende a ser intensa.

Das demais aldeias, até onde saiba, apenas Imbiriba contava com um agente de saúde formado na própria comunidade. Desde que as duas

professoras que lecionavam na Coroa Vermelha se transferiram, a escola indígena local deixou de funcionar e está hoje também arruinada e servindo de alojamento para algumas famílias indígenas. As crianças da aldeia que continuaram a estudar o fazem a contragosto numa escola municipal próxima.

Se a FUNAI não se faz muito presente nas aldeias, o escritório de Eunápolis está sempre cheio de índios em demanda, geralmente, de pequenos serviços assistenciais. Com efeito, a intermediação de tais serviços parece ser a ocupação mais notável dos servidores federais. Trata-se quase sempre de demandas ligadas à saúde, como obtenção de consultas, traslado de doentes, compra de medicamentos etc. Tais intermediações eventualmente também se relacionam com as atividades produtivas, através da obtenção, junto a outros organismos estatais, de sementes, insumos agrícolas etc. Afora estas atividades e as da sua própria burocracia, a Administração é requisitada com certa frequência para resolver demandas diversas, internas às próprias comunidades ou entre estas e seus vizinhos e intrusos, o que é feito com recurso à diplomacia e, sobretudo, à "voz da autoridade", já que não há aí um setor jurídico, cuja interveniência seria necessária em, pelo menos, alguns dos casos.

A Administração Regional não tem tido qualquer participação na condução dos processos de regularização fundiária, que deveria ser a principal tarefa do órgão indigenista desde sua reorganização de 1991, e tem se mostrado, até, bastante desinformada quanto a esses processos, embora tenha que lidar diretamente, em seu cotidiano, com as vicissitudes concretas do problema. Só tal desinformação e a desarticulação com as instâncias superiores podem explicar fenômenos como o acordo de 1990 com a imobiliária Centauro, para "redistribuição" das faixas de ocupação indígena na Coroa Vermelha.

Mesmo para a consecução de tarefas simples, como a tomada de "termos de anuência" das comunidades, a Divisão Fundiária do órgão não costuma contar com sua Administração Regional. Com efeito, os índios de aldeias mais distantes, como Águas Belas, Imbiriba e Mata Medonha, costumam queixar-se que cada um dos administradores encarregados da unidade só os visitaram uma única vez, logo em seguida às suas posses, em "viagem de reconhecimento".

Deste modo, em que pese a aparente intensidade de diálogo entre índios e servidores que se poderia supor em um contato superficial com os "corredores" do escritório, há grande distância de entendimento. Os índios - mesmo muitos dos seus líderes - não têm acesso aos mecanismos administrativos, políticos e burocráticos que presidem o atendimento ou não de suas demandas, o que tende a ser percebido apenas como função da "boa vontade" ou do empenho pessoal do servidor encarregado. Da parte dos servidores, por sua vez, mesmo daqueles que chegam a permanecer na unidade por tempo razoável, a falta de contato com as aldeias e a ausência de formação

profissional específica não lhes permite avaliar competentemente as demandas indígenas e sequer vislumbrar as peculiaridades das redes de relações sociais pelas quais estas são gestadas e canalizadas.

A instituição do "cacique", enquanto "autoridade nativa" supostamente apta a representar os "interesses comuns" das suas comunidades, consubstancia um dos grandes engodos deste sistema de articulações entre tutela estatal e grupos indígenas. Em comunidades amplamente autônomas em seu relacionamento com a sociedade envolvente, e, nas quais, o trabalho e as redes internas e externas de cooperação e solidariedade se organizam sobretudo a partir de grupos mais ou menos flexíveis de unidades domésticas aparentadas, ou parentelas - base de sustentação de lideranças que dificilmente extrapolam este âmbito - a imposição de tal modelo de "autoridade representativa central", embora certamente deva ter sempre parecido uma solução cômoda aos olhos de burocratas encarregados da ação do Estado sobre essas pequenas sociedades, é, em geral, muito mais um fator de instabilidade interna nas comunidades e de ineficácia na interlocução do Estado com os personagens do drama social no qual pretende intervir. Tais dificuldades, contudo, não parecem ser criticamente percebidas por nenhuma das partes, inclusive os próprios "caciques", assim condenados à angustiante dubiedade da posição duplamente incômoda de uma "representação" inviável e de "último elo" na cadeia hierárquica da estrutura tutelar em sua ação sobre sociedades indígenas.

Os decretos 23, 24, 25 e 26, de fevereiro de 1991, retiraram do órgão indigenista o controle sobre as ações de saúde, educação e assistência à produção e preservação ambiental entre populações indígenas, transferindo-as às instâncias especializadas da administração federal. Tal medida, em princípio positiva na medida em que tal especialização poderia facultar um melhor atendimento e uma desconcentração do poder estatais sobre as sociedades indígenas, implantada sem uma prévia capacitação dos novos agentes em matéria indigenista e, sobretudo, sem os dotar da infraestrutura necessária nas novas áreas geográficas em que deveriam atuar, contribuiu mais ainda à caotização do sistema assistencial, notadamente no setor de saúde, o mais pressionado pelas demandas dos seus potenciais beneficiários.

No caso Pataxô, a indisponibilidade de quaisquer recursos estruturais e humanos pela Fundação Nacional de Saúde na Bahia, em especial no Extremo Sul, para assumir os novos encargos, aliada a uma certa má vontade inicial da preterida FUNAI, praticamente interrompeu a prestação de serviços básicos de saúde aos índios por mais de um ano.

Quando as coisas pareciam começar a funcionar novamente, um novo decreto, o 1.141, de 19 de maio último, mais uma vez reestrutura a assistência indigenista nas áreas de saúde, agricultura e ambiente,

atribuindo sua responsabilidade genericamente apenas à União, facultando a instâncias administrativas diversas a possibilidade de proposição e consecução dos programas de ação, a serem aprovados e supervisionados por comissões especializadas a nível supra-ministerial e multi-institucional. Numa avaliação preliminar, tal fórmula não me parece muito adequada à necessária racionalização e simplificação administrativas das ações, além de ser, acima de tudo, perigosamente tendente à omissão assistencial, por não definir, com um mínimo de especificidade, as atribuições e responsabilidades das diversas instituições estatais federais, estaduais e municipais "potencialmente" envolvidas.

Pelo menos em um setor, contudo, o da preservação ambiental e apoio ao desenvolvimento autosustentado nas terras indígenas, uma das atribuições do IBAMA, tanto pelo extinto Decreto 26 quanto pelo seu sucedâneo atual, as coisas não tendem a se alterar no caso Pataxó, no qual, tais ações, em função dos conflitos entre a agência do órgão na região e os índios e da inércia de instâncias federais superiores, são completamente inexistentes.

Deste modo, além da FUNAI e da recente incursão da Fundação Nacional de Saúde, as únicas esferas do poder de Estado presentes entre os Pataxó no baixo Extremo Sul são as prefeituras municipais de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, para as quais os índios têm um interesse periférico enquanto contingentes eleitorais, e, um pouco mais, enquanto produtos não muito bem comportados do seu "marketing" turístico. Com a falência do sistema educacional da FUNAI, sobretudo, mas não apenas, a partir de 1991, as Prefeituras assumiram a contratação de alguns professores, o que, certamente, é indicativo de perda de qualidade e de desprestígio para a educação indígena, sobretudo se se compara os salários municipais dos novos professores aos dos seus antecessores federais, agora em geral dedicados a "atividades administrativas" em Eunápolis e outras unidades regionais. A maioria dos prédios escolares nas aldeias Pataxó foi construída e equipada com doações de instituições religiosas, intermediadas pelos padres capuchinhos que atuam na região, e, seu suprimento de material didático por parte das instâncias governamentais é, no mínimo, muito deficiente.